



Fundação
Dr. António
Cupertino
de Miranda

Museu
do Papel
Moeda



Escudo,

O dinheiro da República

Contextualização geral da visita

Local: Sala do Serviço de Educação

- O Regicídio

O Rei, a Rainha e o Príncipe Real encontravam-se em Vila Viçosa, no Alentejo, onde costumavam passar a temporada de caça no Inverno. O infante D. Manuel havia regressado dias antes, por causa dos seus estudos como aspirante na marinha. D. Carlos antecipa o regresso a Lisboa, tomando o comboio, na manhã do dia 1 de Fevereiro de 1908. Com cuidado, para que a sua já preocupada mãe não se aperceba, o Príncipe real arma-se com o seu revólver de oficial do exército. Durante o caminho, o comboio sofre um ligeiro descarrilamento que provocou um atraso de quase uma hora. A comitiva régia chegou ao Barreiro ao final da tarde, apanharam o vapor "D. Luís" com destino ao Terreiro do Paço, em Lisboa, onde desembarcaram por volta das 5 horas da tarde. Eram esperados por vários membros do governo, incluindo João Franco, além dos infantes D. Manuel e D. Afonso, o irmão do rei. Apesar do clima de grande tensão, o monarca optou por seguir em carruagem aberta, envergando o uniforme de Generalíssimo, para demonstrar normalidade. A escolta resumia-se aos batedores protocolares e a um oficial a cavalo, Francisco Figueira Freire, ao lado da carruagem do rei.

Quando a carruagem circula na praça ouve-se um tiro e desencadeia-se o tiroteio. Um homem de barbas, passada a carruagem, dirige-se para o meio da rua, leva à cara a carabina que tinha escondido sob a sua capa, põe o joelho no chão e faz pontaria. O tiro atravessou o pescoço do Rei, matando-o imediatamente. Começa a fuzilaria: outros atiradores, em diversos pontos da praça, atiram sobre a carruagem, que fica crivada de balas.

Os populares desatam a correr em pânico. O condutor é atingido numa mão. Com uma precisão e um sangue frio mortais, o primeiro atirador, mais tarde identificado como Manuel Buíça, professor primário expulso do Exército, volta a disparar. O seu segundo tiro vara o ombro do rei. Aproveitando isto, surge a correr de debaixo das arcadas um segundo regicida, Alfredo Costa, empregado do comércio e editor de obras de escândalo, que pondo o pé sobre o estribo da carruagem, se ergue à altura dos passageiros e dispara sobre o rei já tombado.

A rainha, já de pé, fustiga-o com a única arma de que dispunha: um ramo de flores, gritando "Infames! Infames!". O criminoso volta-se para o príncipe D. Luís Filipe, que se levanta e saca

do revólver do bolso do sobretudo, mas é atingido no peito. A bala, de pequeno calibre, atravessa-lhe um pulmão (mas não era uma ferida mortal), e o Príncipe, sem hesitar, aproveitando a distração fornecida pela atuação inesperada da rainha, desfecha quatro tiros rápidos sobre o atacante, que tomba da carruagem. Mas, ao levantar-se, D. Luís Filipe fica na linha de tiro e o assassino da carabina atira a matar: uma bala de grosso calibre atinge-o na face esquerda, saindo pela nuca. D. Manuel vê o seu irmão já tombado e tenta estancar-lhe o sangue com um lenço, que logo fica ensopado.

A fuzilaria continua. D^a Amélia permanece de pé, gritando por ajuda. Buíça volta a fazer pontaria mas é impedido de disparar sobre a carruagem pela intervenção de um simples soldado de Infantaria, que passava no local, e que se lança sobre ele de mãos nuas. Na breve luta que se segue o soldado é atingido numa perna. Tendo voltado ao seu cavalo, o oficial Francisco Figueira carrega primeiro sobre o Costa que, já ferido pelo príncipe, é atingido por um golpe de sabre e preso pela polícia e, de seguida, dirige-se a Buíça. Este ainda o consegue atingir numa perna com a sua última bala e tenta fugir, mas Figueira alcança-o e imobiliza-o com uma estocada.

Com os regicidas imobilizados, o zelo excessivo dos polícias presentes levou a que acabassem abatidos no local, o que dificultou as posteriores investigações sobre o atentado.

O condutor, a golpes de chicote, fez arrancar a carruagem, procurando refúgio. É nessa altura que um atirador desconhecido ainda consegue atingir D. Manuel num braço. A carruagem entra no Arsenal da Marinha, onde se verifica o óbito do Rei e o do Herdeiro do Trono. Quando o Infante D. Afonso, que havia começado a correr desde o seu carro no fim do cortejo, chegou ao Arsenal, teve como primeiro instinto acusar João Franco como responsável pela tragédia. A mãe de D. Carlos, a rainha D^a Maria Pia foi chamada ao Arsenal, onde encontrando-se com D^a Amélia lhe diz desolada: “Mataram-me o meu filho.”, ao que esta respondeu: “E o meu também.”

Julgando que se tratava de um novo golpe de estado, a população de Lisboa refugia-se nas suas casas e a cidade fica deserta. Mas as tropas permanecem nos quartéis e a situação permanece calma. À noite as rainhas e o novo rei foram escoltadas para o Palácio das Necessidades, pois temia-se novo atentado. Depois veio a tarefa macabra de levar os corpos para o palácio, o que foi feito sentando-os em duas carruagens, como se fossem vivos, a cabeça de D. Luís Filipe tombando sobre o ombro do seu tio, o infante D. Afonso, agora o novo Príncipe Real.

- A Revolução: 5 de Outubro de 2010

Com o regicídio, o ministério demitiu-se, dando aos republicanos o argumento de que só eles é que tinham acabado com a ditadura. Depois da hesitação inicial, em que se chegou a propor um pacto de colaboração com o regime, cedo voltaram à carga, decidindo em congresso o derrube pela força do regime.

Independentemente da questão de autoria moral, o certo é que, face à fraca reação, ou mesmo a falta dela, por parte do regime, os republicanos organizaram-se nos seus propósitos de o derrubar pela força, o que viriam a conseguir a de 5 de Outubro de 1910.

É a partir de 1910 que muda o regime. Acaba a Monarquia e começa a República.

Questões a colocar (Sugestões)

- E no dinheiro, o que mudou? Qual era a unidade monetária da Monarquia? Qual passou a ser a unidade monetária da República?

Plano da Visita

Expositor 3.4 – Nota de 2.500 Reis, chapa 4, 1906

1. Contextualização – Final da emissão em Reis

Antes da Implantação da República, a unidade monetária eram os “Reis”. O Real da Monarquia conviveu com o Escudo da República durante quase 20 anos. Portanto, de 1910 a 1930.

Com a queda da Monarquia e o início da República, o Banco de Portugal não estava preparado para iniciar imediatamente uma nova emissão de notas, portanto, houve um aproveitamento das últimas chapas das notas de Reis, que já se encontravam impressas, e que foram colocadas em circulação depois da implantação da República, tendo-lhes sido impressa a palavra REPÚBLICA a preto.

Apenas as notas de 500 e 2.500 Reis tiveram impressão a preto e a vermelho.

A de 20.000 Reis teve impressão a azul, devido à cor azulada da nota.

A primeira nota em Reis a ser substituída foi a de 5.000 Reis, em 1914, sendo substituída pela nota de 5 Escudos, da mesma forma que, posteriormente, a de 10\$00 substituiu a de 10\$000, a de 20\$00 a de 20\$000, etc.

2. Análise da nota

[Mostrar nota de 2\$500, ch.4, 30/06/1906, com carimbo a vermelho]



3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Quais as principais diferenças entre esta nota em Reis e as que agora conhecem em Euros?
- Quais são os elementos identificativos: valor, banco emissor, número de série, assinatura e data?
- Que motivos decoram a nota?
- Qual a sua cor?

Expositor 6.1 – 5 Escudos, chapa 1, 1913

1. Contextualização - Início da emissão em Escudos

O Escudo nasce oficialmente em 1911, foi a moeda oficial da República, que surgiu com o novo regime, a par de uma nova bandeira e de um novo hino Nacional. Circulou durante 90 anos.

A substituição pretendia evitar as desvantagens práticas da exiguidade do Real que estava muito depreciado.

Só em 1930 se normalizou a circulação com todos os valores em Escudos. O Escudo foi gradualmente substituindo os Reis até tal data.

A primeira nota data de 1913 e começou a circular em 1914. Era de 5\$00 e tinha a efigie de Alexandre Herculano e a impressão “OURO” a preto ou a vermelho.

2. Análise da nota



3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Que diferenças encontram desta nota para a de Reis que acabaram de ver?
- Quais são os elementos identificativos: valor, banco emissor, número de série, assinatura e data?
- Que motivos decoram a nota?
- Quem foi Alexandre Herculano? Conhecem alguma da sua obra?
- Porque acham que aparece na primeira nota que o Banco de Portugal emitiu em Escudos?

- Das notas que estão neste expositor, que outras personalidades conhecem?

No escudo está retratada a história de Portugal.

[Mostrar personagens, monumentos e acontecimentos retratados nas notas]

Expositor 6.2 – 20 Escudos, chapa 1, “Monarquia do Norte”

1. Contextualização - Monarquia do Norte

A Monarquia, ao contrário do que possivelmente muitos julgam saber, não acabou em 5 de Outubro de 1910 com a conquista do governo pelo Partido Republicano e o exílio do rei D. Manuel II e da família real em Inglaterra. Em 1919, a 19 de Janeiro, um Domingo, pela uma da tarde, voltou a haver Monarquia em Portugal. Não em todo o País, mas no Porto e, a partir daí, por quase todo o Norte do País. A restauração, também tentada em Lisboa, a 22 de Janeiro, falhou no Sul. A Monarquia de 1919 ficou assim a ser a ‘Monarquia do Norte’, existindo acima de Aveiro e Viseu, uma espécie de ressurreição tardia do original Condado Portucalense.

Por quase todo o Minho e Trás-os-Montes voltou a haver bandeiras azuis e brancas. A Junta do Porto restaurou a antiga moeda (o real, através de carimbo nas notas de escudo em circulação), e a Guarda Nacional Republicana foi baptizada Guarda Real. Mas o rei não regressou a Portugal e o fracasso da restauração em Lisboa desanimou muita gente. Tudo acabou a 13 de Fevereiro, precisamente onde começara: no Porto, com um contra-golpe militar. Durante 25 dias, o Porto transformou-se na capital de Portugal.

2. Análise da nota

[Mostrar nota de 20\$00, ch. 1, com sobrecarga “REINO DE PORTUGAL 19 DE JANEIRO 1919”]



- Só são conhecidas 4 notas

3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Reparem nas duas notas de 20 Escudos, chapa 1, qual a diferença entre elas?
- Qual a personalidade que aparece nelas?
- Sabem quem foi Almeida Garrett?
- Conhecem alguma da sua obra?
- Se vos fosse pedido para desenhar uma nota de Escudos, quem lá colocariam? Porquê?

Expositor 6.8 – 1000 Escudos, chapa A, “Apócrifo”

1. Análise da nota

[Mostrar nota de 1000\$00, ch.A] – Apócrifo



Esta chapa funcionou como um teste à aceitação pública de uma nota de tão elevado valor para a época. Aproveitou-se o papel excedente da emissão de 20.000 Reis, Ouro, Ch.6, e no fabrico das notas aplicaram-se técnicas de grande simplicidade, o que deu origem a uma qualidade inferior.

Este exemplar disse ser apócrifo, embora em tudo igual à autêntica, é uma falsificação, segundo consta, de um prisioneiro da Cadeia de Coimbra que terá tido acesso à chapa e ao tipo de papel, de forma que nunca foi conhecida.

2. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Qual o valor da nota?
- Qual o Banco emissor?
- Tem assinaturas? De quem?
- Tem número de série?
- Que motivos decoram a nota?
- Qual a sua cor?

Expositor 6.9 - 1000 Escudos, chapa 3, 1927

1. Contextualização

Houve duas notas com a ch.3. A primeira não chegou a circular e foi destruída, em virtude da falta de autorização do Banco, dado estar apenso um exemplar ao processo “Angola e Metrópole”, o que levantou dúvidas se teria feito parte do processo Angola e Metrópole. Foi resolvido que a chapa seguinte tomasse, na ordem da emissão, o número da chapa então anulada e substituiu-se a anterior.

Esta chapa 3 apresenta a efígie de Oliveira Martins (publicista, historiador e político do séc. XIX). O desenho foi executado por um empregado do Banco, Jacinto Freire Themudo, que na altura não tinha função específica de desenhador, vindo a ver os seus dotes reconhecidos e considerado qualificado como desenhador e decorador do Banco.

2. Análise da nota

[Mostrar nota de 1000\$00, ch. 3]



É o único exemplar conhecido.

3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Qual é a entidade emissora?
- Que motivos decoram a nota?
- Qual o número de série?
- Qual a sua chapa?

Expositor 6.10 – 5000 Escudos, chapa 1, 1942

1. Contextualização

Mostra-se esta nota porque é de facto uma curiosidade. Não chegou a ser emitida por o Ministério das Finanças não achar oportuna a sua entrada em circulação e autorizar a sua destruição por queima, o que só se veio a verificar a 21 e 22 de Fevereiro de 1974. Actualmente corresponderia a cerca de 1.500 €! Valor “chocante” para circular numa nota em 1942 face ao nível de salários da época.

2. Análise da nota

[mostrar nota de 5000\$00, ch. 1, 1942]



3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Quem está representado na nota?
- Alguém sabe quem foi a Rainha D. Leonor?
- Que motivos decoram a nota?
- Qual a sua chapa?
- Qual o número de série?

Expositor 6.11 – 100 Escudos, chapa 2, 1928

1. Contextualização

Há dúvidas que tenha circulado, não se conhece mais nenhum exemplar, apenas apareceram 3 espécimes, pelo que é provável que nunca tenha chegado a circular embora os registos do Banco de Portugal dêem como fabricadas 80.000 notas.

2. Análise da nota

[Mostrar nota de 100\$00, ch. 2, 1928]



3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Alguém sabe o que é um espécime?

Os espécimes são as primeiras emissões que são feitas, destinam-se a entidades bancárias e policiais para que estas conheçam o “novo” dinheiro antes da sua entrada oficial em circulação, impedindo, assim, que possíveis falsificações entrem em circulação ao mesmo tempo.

- Qual é o número de série desta nota?

Os espécimes não têm número de série, precisamente por não serem emitidas para circulação. Normalmente, ou o número de série aparece sobre a forma de vários zeros ou não aparece de todo.

Expositor 21 – 500 Escudos “Alves Reis”

1. Contextualização - Alves Reis

O nome de Artur Virgílio Alves Reis ficará para sempre ligado à história do papel fiduciário em Portugal. Foi este cidadão português, oriundo de uma família de classe média lisboeta onde se destacava o Almirante Reis, que ajudou a implantar a República, que em 1924 começou a elaborar um plano de falsificação de notas conhecido por Angola e Metrópole. Através de papel de conta igual ao do Banco de Portugal, Alves Reis e os seus cúmplices conseguiram convencer a firma que habitualmente fabricava as notas para o Banco de Portugal, a Waterlow & Sons, de Inglaterra, a fornecer-lhes uma segunda emissão de notas estampadas com a mesma chapa para circularem em Angola. Tratava-se de uma nota de 500 escudos, chapa 2, com figura de Vasco da Gama.

O arrojado plano do maior burlão português foi preparado com muita mestria e minúcia. Alves Reis redigiu um contrato fictício entre o Governo de Angola e ele próprio. Nesse documento firmava-se uma operação financeira no valor de um milhão de libras. Numa das cláusulas afirmava-se que o Governo de Angola concedia a Alves Reis a autorização para estampar papel-moeda no valor de cem mil contos com curso legal em Portugal e em Angola. Um outro contrato, também falsificado, estabelecido entre o Banco de Portugal e o Governo de Angola completou o "puzzle", pois assim legitimava-se a ideia de que o Governo português iria socorrer as debilitadas finanças angolanas com circulação fiduciária.

Alves Reis enviou então uma carta à Waterlow & Sons, com papel timbrado do Banco de Portugal e assinatura falsificada de um dos seus directores. Ficou assim acordado que seriam impressas 200 mil notas de 500 escudos, segundo o espécime fornecido pela Marang, empresa também envolvida na fraude.

Em Fevereiro de 1925, através da fronteira de Vilar Formoso, entrou, ao abrigo da imunidade diplomática, a primeira remessa. Passaram com este estatuto pois faziam parte da bagagem de José Bandeira, embaixador de Portugal na Holanda e uma das peças essenciais do plano de Alves Reis. A burla estava consumada e seria mais tarde comentada nos circuitos financeiros internacionais devido principalmente aos métodos utilizados.

A sorte de Alves Reis acabou em Dezembro de 1925 quando foram descobertas, numa agência bancária do Porto, grupos de duas notas daquela chapa com a mesma numeração. O aparecimento de duplicados veio confirmar aquilo que as autoridades monetárias há muito

suspeitavam, mas mesmo depois desta descoberta só foi possível distinguir as notas verdadeiras das falsificadas através de sinais ocultos que eram apenas do conhecimento da referida firma inglesa. Acusado, entre outras coisas, de conspiração e de falsificação de notas, contratos, correspondência e assinaturas, o burlão passou 20 anos na prisão (1925-1945) e o seu processo jurídico era constituído por 75 volumes e 32 apêndices.

2. Análise da nota

[mostrar par de notas de 500\$00]



3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Qual o número de série do par de notas?
- Que motivos decoram a nota?
- O que representa a decoração da nota?
- Qual a entidade emissora?
- De quem são as assinaturas presentes na nota?

A monitora deverá ainda mostrar o “Camarão” que se encontra no expositor 6.6 e contar que se trata de uma tentativa de “envelhecimento” das notas. Alves Reis ao utilizar sempre notas novas, chamou muita atenção indesejada, daí, decidiu que teria de dar às notas o aspeto que teriam se estivessem em circulação há algum tempo. Mergulhou-as numa solução de água com ácido cítrico. Ao secarem, sofreram alteração na cor, apresentando uma tonalidade vermelha alaranjada, a cor do marisco que acabou por lhes dar o nome: camarão!

Pirâmide 1

1. Contextualização - última emissão de Escudos

Em 1991 o Banco de Portugal foi confrontado com 3 situações que o levaram a uma nova emissão:

1. Necessidade de reimpressão de notas
2. Comemoração dos 500 anos dos Descobrimentos
3. Comemoração, em 1996, dos 150 anos de emissão do Banco

Esta nova emissão circulou de 1996 até 28 de Fevereiro de 2002 e foram emitidos os seguintes valores: 500\$00, 1000\$00, 2000\$00, 5000\$00 e 10000\$00

O Escudo começou a ser substituído pelo Euro em 2001, embora só tenha sido oficializada a mudança a 1 de Janeiro de 2002.

2. Análise da nota

[Mostrar última emissão de Escudos]

Quem aparece nas notas?

- 500\$00 – João de Barros
- 1000\$00 – Pedro Álvares Cabral
- 2000\$00 – Bartolomeu Dias
- 5000\$00 – Vasco da Gama
- 10000\$00 – Infante D. Henrique

3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Quais foram os valores emitidos?
- A nota de valor mais alto é de 10.000 Escudos, equivale a quantos Euros?
- Conhecem as personalidades representadas nas notas?
- Que outros motivos foram escolhidos para a decoração das notas?

Pirâmide 1

1. Contextualização - Euro

Com a entrada de Portugal na União Europeia, em 1996, e a adesão à moeda única em 1999, desaparecem os escudos portugueses. Há como que um regresso ao tempo dos romanos em que uma única moeda circulava por todo o império. A 1 de Janeiro de 2002, Portugal passou a fazer contas em euros, sendo que o seu valor foi fixado em 200.482 escudos.

EXISTEM 8 MOEDAS EM EUROS: 2 Euros; 1 Euro; 50 cêntimos; 20 cêntimos; 10 cêntimos; 5 cêntimos; 2 cêntimos e 1 cêntimo, e 7 NOTAS EM EUROS: 500 Euros; 200 Euros; 100 Euros; 50 Euros; 20 Euros; 10 Euros e 5 Euros.

O Banco de Portugal não colocou em circulação notas de 200 e 500 euros devido ao elevado valor das mesmas.

O Banco Central Europeu criou um concurso, para vários artistas apresentarem propostas de notas e assim se escolher a nova moeda. O vencedor foi um funcionário do Banco da Áustria, Robert Kalina, que ao desenhar notas com pórticos e janelas (na frente) e pontes (no verso), simbolizou o espírito de união, abertura e cooperação, entre os países da Zona Euro.

2. Análise da nota

O desenho das moedas de 1, 2 e 5 cêntimos simboliza o lugar da Europa no mundo, como um todo. O desenho das moedas de 10, 20 e 50 cêntimos e de 1 e 2 euros mostram uma Europa, sem fronteiras.

A União Europeia é composta por 27 países, 16 dos quais, adotaram o Euro como moeda.

3. Questões a colocar aos alunos (sugestões)

- Que valores em Euro foram emitidos?
- Reparem que têm os mesmos elementos identificativos das notas em Escudos, encontrem:
 - Banco emissor, unidade monetária, data, assinatura e número de série